PSTU

Opinião Socialista

Ano XIII - Edição 394 - Colaboração: R$ 2 - De 29/10 a 04/11/2009 - www.pstu.org.br

MEDO E PAVOR

TRABALHADORES ENCURRALADOS ENTRE POLÍCIA E BANDIDOS

Páginas 6, 7 e 8

HELOÍSA HELENA E A FRENTE DE ESQUERDA

Página 5

SEMINÁRIO SOBRE REORGANIZAÇÃO: O FUTURO DO MOVIMENTO SINDICAL

Página 10 e 11

HONDURAS: RESISTÊNCIA APROVA BOICOTE ÀS ELEIÇÕES

Página 12

PÁGINA DOIS

■ **CUSTOS** – A crise econômica internacional custará à América Latina mais de US$ 150 bilhões – o equivalente a mais de R$ 256 bilhões. A informação é de um relatório o FMI .

■ **FARRA** – Em 2008, as emissões de títulos públicos para pagar a dívida pública somaram R$ 430 bilhões. O valor equivale a dez anos de gastos federais na Saúde. As emissões cresceram R$ 32 bilhões.

VALE TUDO

O Ministério Público Federal no Pará investiga a legalidade de desapropriações para a construção de uma usina siderúrgica da mineradora Vale em Marabá (PA). A usina foi orçada em R$ 6 bilhões e foi desapropriada pelo governo estadual de Ana Júlia Carepa (PT). O processo foi realizado às pressas, em favorecimento da Vale. Não foi realizado nenhum estudo de impacto ambiental. Até um trecho da rodovia Transamazônica está no perímetro em que houve as desapropriações.

PÉROLA

> **Tanto Uribe quanto Obama dizem que as bases cuidarão de problemas internos da Colômbia. Confio na palavra de Uribe e na de Obama**

Lula, falando das bases do imperialismo na Colômbia, após receber a visita de Uribe (Veja 24/10)

CHARGE / AROEIRA

FAMÍLIA SOPRANO

Mais uma de Sarney. Gravações de uma operação da Polícia Federal mostram que o presidente do Senado orientou seu filho Fernando a arrumar emprego para aliados no comando da Eletrobrás. A estatal é ligada ao Ministério de Minas e Energia, controlado pelo PMDB, partido de Sarney. Num diálogo gravado, Fernando avisou que após as nomeações indicadas pelo pai, ele iria cobrar dos apadrinhados a liberação de patrocínio a entidades privadas ligadas à família Sarney.

Sarney e Família
nº: (indefinido)

NEM JESUS

O presidente Lula tentou mais uma vez justificar sua aliança com os setores mais corruptos da política nacional, como Collor, Renan e Sarney. Dessa vez, apelou para Jesus Cristo: "se Jesus Cristo viesse para cá e Judas tivesse a votação num partido qualquer, Jesus teria de chamar Judas para fazer coalizão", disse o presidente, que há pouco tempo falou que a manutenção de Sarney na presidência do Senado foi uma "questão de segurança nacional".

CONTRA A CPI DO MST

A Conlutas divulgou nota contra a formação da CPI do MST. No texto, a entidade afirma que a instalação da comissão "é mais um ataque dos partidos da direita" contra os movimentos sociais. "Esta CPI tem como objetivos principais a criminalização do MST e do conjunto dos movimentos sociais e proteger os interesses econômicos e políticos dos mega-empresários brasileiros do Agronegócio e das empresas transnacionais do setor". O texto também denuncia o governo federal por paralisar a reforma agrária. "Os números dos assentamentos demonstram que não houve nenhuma mudança significativa em relação à postura adotada nos oito anos do governo FHC".

Imagem veiculada pela mídia para criminalizar o MST

COBAIAS

A liberação do consumo de arroz transgênico pode ocorrer a qualquer momento. No último dia 15, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) adiou a decisão. Mas a o consumo no país é proposto pela multinacional Bayer. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rouseff, é a presidente do Conselho. Caso a liberação seja aprovada, a população brasileira tem grande chance de ser a primeira população do mundo a consumir arroz transgênico. O Brasil será um laboratório para as multinacionais.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva **DIAGRAMAÇÃO** Victor Pontes **FOTO DA CAPA** Agência "O Dia" **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5776 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1° andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3015-0010 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
BENFICA -Rua Juvenal Galeno, 710, 60015-340.
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cicero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1° and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 80, sala 301 Centro - juizdefora@pstu.org.br
UBERABA *uberaba@pstu.org.br*
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-4432

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1° andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala 204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 3028-6016

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Monte Castelo, 195 Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Edifício Aliança, R. Neno Felipe, 43, Sala 202, B. Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432 (54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166 *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves n°6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3201-5672 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho *edcosta16@itelefonica.com.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253 *guarulhos@pstu.org.br*
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186* *saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

O HAITI É AQUI

Cena um: um helicóptero da PM atingido por balas de traficantes faz um voo razante , já pegando fogo, e cai sobre um campo de futebol.

Cena dois: um corpo crivado de balas desce o morro em um carrinho de supermercado.

Cena três: o corpo do coordenador do Afro Reggae agoniza no chão, depois de ser assaltado no centro da cidade, enquanto PMs se preocupam em roubar sua jaqueta dos ladrões que o mataram.

Cada uma dessas cenas foi divulgada amplamente em todo o país. Se parecem a cenas iniciais de um filme aterrador, que está longe de acabar.

Os trabalhadores que moram nas favelas do Rio se encontram imprensados entre os tiros dos bandidos e da polícia. Ou entre os bandidos e os "marginais criminosos fardados", como disse um dos coordenadores do AfroReggae.

Essa é a outra cara, que insiste em vir a tona, da "passagem ao primeiro mundo" que o governo Lula alardeia. O governo fala do pré sal, faz propaganda da Olimpíada, da Copa do Mundo. Mas o Brasil real não é uma novela do Globo, nem os vídeos clipes da propaganda eleitoral. O Rio de Janeiro, cidade maravilhosa, é também o horror desses dias.

Não existe o Brasil que Lula quer vender ao mundo. É uma ficção o "Brasil do futuro" que Lula tenta convencer os trabalhadores, para que aceitem o presente miserável.

O Brasil real é o paraíso das multinacionais e dos bandidos. Os salários baixos e o desemprego possibilitam uma exploração brutal a serviço das multinacionais, que têm lucros descomunais. Os mesmos salários baixos e o desemprego tornam a juventude das grandes cidades em presa fácil do narcotráfico. Esse é o capitalismo "moderno", que inclui sinais de barbárie no cotidiano.

A face "bonita" do país não existe sem a outra, feia e brutal. O governo só fala de uma. Os trabalhadores vivem a outra.

A polícia e a justiça corruptas ajudam os ricaços a defender suas propriedades e manter sua impunidade. A mesma polícia fuzila os jovens negros nas favelas. Muitas vezes, nem os burgueses são julgados (seus advogados adiam eternamente os julgamentos, enquanto eles ficam livres) nem tampouco os jovens das favelas (são mortos antes).

"O Haiti é aqui" dizia uma música de Caetano Veloso, hoje quase profética. Lula, para ficar de bem com Bush, enviou tropas brasileiras para ocupar o Haiti, a serviço das multinacionais. Essas tropas de ocupação matam o povo haitiano que protesta contra os salários ainda mais miseráveis que os daqui, pagos pelas mesmas multinacionais. Os generais dessas tropas dizem que elas estão "treinando lá para atuar depois nos morros do Brasil".

Os trabalhadores do Rio de Janeiro, imprensados pela polícia e os traficantes têm que saber que a política econômica do governo é que está causando tudo isso.

Por trás de cada policial está o governo Lula que mandou "limpar essa sujeira". A "sujeira" a ser limpa é a da população das favelas, sempre confundida com os bandidos.

E por trás dos bandidos está a miséria causada pela política econômica do governo Lula, a mesma do governo FHC. Ou seja, a política econômica das multinacionais e banqueiros.

Mudar é possivel? Claro que é, mas tem que mudar tudo. Não se pode resolver isso fazendo "passeatas contra a violência", ou cobrando "mais polícia". É preciso um programa radical dos trabalhadores, para enfrentar a violência dos patrões, da polícia e dos bandidos. Será preciso mudar a política econômica do governo, descriminalizar as drogas, acabar com essa polícia corrupta e criar outra.

Nada disso será feito por Lula, ou por Dilma, ou por Serra. Essas são apenas cenas iniciais desse filme.

PETROLEIROS PREPARAM GREVE NACIONAL UNIFICADA

PLENÁRIA DA FNP E PRESSÃO nas bases dos sindicatos da FUP fazem avançar campanha salarial

AMÉRICO GOMES, assessor do Sindipetro de Sergipe e Alagoas

Aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro a Plenária Nacional da FNP (Frente Nacional dos Petroleiros), depois da vitoriosa greve de dois dias que a frente realizou na semana anterior. A plenária aprovou o indicativo de greve unificada, de 9 a 12 de novembro. Durante este período irão se realizar dezenas de assembléias nas bases da FNP e também nas bases da FUP.

De acordo com Clarckson Messias, diretor do Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe e da Direção Provisória da FNP: "A categoria continua com força, mas tem muitas inseguranças por causa da atuação imobilista e paralisia da direção da FUP que quer centrar seus esforços nas negociações e aprovação do marco regulatório do governo Lula", afirma referindo-se ao novo marco regulatório de exploração de petróleo.

"Mas as ações da FNP e a pressão da base na FUP estão avançando na preparação da greve. Agora, estão indicando estado de greve e marcaram um Conselho Deliberativo para 4 e 5 de novembro em Brasília", completa Clarckson.

Já os sindicatos da FNP vão realizar assembleias até 5 de novembro. "As assembleias devem rejeitar a segunda proposta da empresa e votar a greve nacional unificada dos petroleiros para iniciar no período de 9 a 12 de novembro. Além disso, a frente pretende participar das assembleias das bases dos sindicatos da FUP", afirma o dirigente.

É fundamental lutar para que as assembleias dos sindicatos da FUP votem resoluções pela unidade do movimento e um calendário unificado, o que não é o objetivo da FUP. Essa luta é decisiva, principalmente nas assembleias de Belo Horizonte/Betim; Unificado de SP (Campinas e Barueri); e na do Norte Fluminense.

CAMPANHA SALARIAL DEVE SER FEITA JUNTO A DO PETRÓLEO

A FNP decidiu por combinar a campanha salarial com a campanha politica sobre o petróleo. Isso é fundamental, pois politiza ainda mais o debate da campanha. É necessário fazer a ligação entre os bilhões de dólares que o governo está dando para a Petrobras e seus acionistas no processo de "capitalização" e o rebaixamento salarial e a precarização do trabalho em que vivem seus trabalhadores e aposentados.

Somente assim se entende o imobilismo da direção da FUP. Seu centro é a votação do Projeto de Lei do Governo, pois ela acredita que este é progressivo e que fortalecerá a Petrobrás como empresa estatal. O que é um absurdo já que o projeto de Lula é uma continuidade de FHC e aumenta a privatização da empresa.

A FNP reafirmou sua posição de que "O Petróleo tem que ser nosso! Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo; Por uma Petrobrás 100% Estatal; Revogação da Lei 9.478/97 de FHC; Em defesa da REFAP, TBG, TRANSPETRO 100% Estatal, Contra a Criação de uma Nova Empresa Estatal, apoio ao Projeto dos Movimentos Sociais e Contra os Projetos do Governo Lula de Marco Regulatório".

Baseado nisso, foi proposta uma discussão com os estudantes da direção da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) para promover um ciclo de debates nas universidades.

O próximo mês anuncia combates decisivos para os petroleiros brasileiros.

FUP "COSTURA" UNIDADE COM DEFENSORES DO PROJETO DE LULA

A FUP divulgou um artigo assinado pelo jornalista David Macedo, do Sindipetro PR/SC e da CUT/PR, com o título "Unanimidade: Mais do que nunca, o petróleo tem que ser nosso!". O texto afirma que existiu unanimidade no seminário "Pré-sal - O Brasil no caminho certo".

A primeira surpresa é que esta unanimidade foi construída entre "o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; o governador Roberto Requião; o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; o coordenador da Federação Única dos Petroleiros, João Antônio Moraes; o presidente da Petrobrás, José Sergio Gabrielli de Azevedo; os secretários de estado Ênio Verri [do Planejamento] e Rafael Iatauro [da Casa Civil]; a presidente estadual do PT, Gleisi Hoffmann; o jornalista e economista César Benjamin".

Os ministros, governadores e secretários de Estado, evidentemente defendem o projeto do governo Lula, que mantém a entrega do petróleo e da Petrobras ao capital privado e internacional. Já o coordenador da FUP, assim como César Benjamin, deveriam defender o projeto dos movimentos sociais, recentemente apoiado pela Conlutas, que defende o Monopólio Estatal do Petróleo, a Petrobras 100% estatal e a criação de um Fundo Social Soberano que terá todo seu patrimônio aplicado nas áreas sociais, entre outros pontos.

Portanto projetos totalmente antagônicos.

Fica mais complicado ainda quando, ao final do seminário, foi apresentada uma tal "Carta de Curitiba" assinada pelo governador Roberto Requião (PMDB) que diz: "Encontramos aqui uma coincidência de opiniões entre diversos partidos e setores sobre o pré-sal. O tema costurou a necessária unidade nacional em torno do assunto".

Acreditamos que é absolutamente impossível algum tipo de unanimidade entre o Projeto dos Movimentos Sociais, as Plenárias de Guararema e esta Carta de Curitiba.

FUNCIONÁRIOS DA CAIXA DECIDEM ENCERRAR A GREVE

*DA REDAÇÃO**

Mesmo com a greve seguindo forte em todo o país, a Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro) e o comando de greve defenderam, nesse dia 20, a aceitação da proposta rebaixada da Caixa e enterraram a paralisação.

A direção da Caixa apresentou a proposta que prevê o pagamento de um abono salarial de R$ 700 a ser creditado até o dia 20 de janeiro de 2010.

A greve que completava o vigésimo oitavo dia lutava por questões urgentes como a isonomia de direitos de ATS com 1% e licença-prêmio para todos, regras claras sobre o PCF (Plano de Cargos e Funções) com jornada de seis horas sem rebaixamento de salário, reposição das perdas salariais e não punição dos empregados com a anistia dos dias de greve.

O movimento e a disposição da base eram nitidamente contra o fim da greve, tanto que seis capitais (Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Porto Alegre e os estados de Goiás e Tocantins) continuam paradas e, em assembleias como as de São Paula e Brasília, os sindicatos precisaram se apoiar nos gerentes e fura-greves para aprovar o acordo.

A proposta foi rejeitada no Maranhão, Bauru (SP), Rio de Janeiro, Tocantins, Rio Grande do Sul, Pará, Goiás, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os funcionários, porém, decidiram voltar ao trabalho diante do fim da greve nos outros locais.

"Tiramos a lição da solidariedade, mas acima de tudo das contradições do governo Lula, que se mostrou de novo a serviço dos banqueiros. A greve serviu para que os bancários da Caixa aprofundassem essa visão. Quanto à Contraf/CUT, está mais do que clara a posição nefasta de trair o movimento dessa confederação que não defende o trabalhador", afirmou Liceu Carvalho, diretor do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte.

* com informações do Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB)

O PSOL É O PRINCIPAL OBSTÁCULO PARA UMA FRENTE CLASSISTA E SOCIALISTA

HELOÍSA HELENA já afirmou que não será candidata à presidência e pressiona o PSOL para que apóie Marina Silva em 2010

EDUARDO ALMEIDA,
da Direção Nacional do PSTU

O PSOL vive uma séria crise que chega a ameaçar o seu próprio projeto do partido. O debate sobre um tema que deveria ser simples - a candidatura presidencial em 2010 - se transformou em uma novela que ameaça aprofundar ainda mais a crise.

A discussão deveria ser simples porque Heloísa Helena, a maior figura pública do partido, é a única candidata com expressão eleitoral de massas no espaço da oposição de esquerda ao governo Lula. Nas eleições de 2006 teve mais de seis milhões de votos, e nas pesquisas atuais aparece com cerca de 10% das intenções de voto.

No entanto, Heloísa não vai ser candidata à presidência. Ela, na prática, já renunciou à candidatura à presidência para disputar a vaga do Senado por Alagoas. Já anunciou que tem "mais de 95% de chances" de ser candidata ao Senado e não à presidência. É uma decisão já tomada, embora não formalizada.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/SETEMBRO 2007

Heloísa Helena se recusa a ser a porta-voz da esquerda socialista em 2010

A renúncia de Heloísa Helena à disputa pela presidência presta um grande favor ao governo Lula e à oposição de direita

PSOL torna cada vez mais improvável a concretização da Frente

EQUÍVOCO

Trata-se de um golpe duro no PSOL. A ausência de sua mais destacada figura pública da candidatura principal tira uma importante referência para a campanha. Nenhum dos outros pré-candidatos -Plínio de Arruda Sampaio, Milton Temer ou Babá- têm um espaço eleitoral de massas.

Demonstra duplamente o caráter do PSOL. Em primeiro lugar porque mais uma vez se demonstra que o que vale neste partido é a busca por mandatos parlamentares, por um espacinho no aparato de Estado. Em segundo, a decisão não é dos milhares de militantes do PSOL que construíram a figura pública de Heloísa e que, em sua maioria, a queriam como candidata.

A decisão, como é a prática socialdemocrata do PSOL, foi tomada única e exclusivamente por Heloísa. Ela está privilegiando a disputa pelo cargo de senadora a um projeto político nacional de oposição de esquerda ao governo Lula.

É um erro grave não só para o PSOL, mas também em relação aos outros partidos que compuseram a Frente de Esquerda em 2006, como o PSTU e o PCB. Foi essa frente que construiu a candidatura de Heloísa Helena em todo o país. E ninguém foi consultado ou sequer avisado.

Em um momento político delicado, quando o governo segue tendo a maioria entre os trabalhadores, a renúncia de Heloísa Helena presta um grande favor ao governo Lula e à oposição de direita.

O APOIO DE HELOÍSA À MARINA SILVA

Heloísa Helena, porém, não só está renunciando, como faz campanha pública para que o PSOL apóie Marina Silva, a candidata do PV à presidência. Utilizando-se do fato de ter acesso à mídia, ela declarou: "Tenho uma amizade pessoal com Marina. Somos irmãs. Compartilhamos questões familiares e preocupações políticas...". E mais ainda: "Não vou para uma campanha eleitoral para fazer uma disputa ideologizada com a Marina. De jeito nenhum".

Ela informou em entrevista a jornais de São Paulo, que apresentou a proposta de apoio à Marina à Executiva Nacional do PSOL, que está discutindo o que fazer. Uma definição sobre o tema será aprovada somente em março.

Ou seja, Heloísa não só faz campanha por Marina, como se utiliza da imprensa burguesa para pressionar o PSOL.

A candidatura de Marina Silva pelo PV é uma manobra política, estimulada desde o PSDB, para enfraquecer a candidatura Dilma Roussef (por Marina ser mulher e vir do PT) e para ocupar o espaço da oposição de esquerda. A campanha de Marina vai aglutinar setores da burguesia para tentar ocupar o espaço que deveria sim ser de uma terceira via, mas dos trabalhadores. Marina vai fazer uma campanha de "desenvolvimento sustentável", com um programa que poderia relembrar o PT de alguns anos atrás.

O regime nas eleições se apoiaria, então, não em uma falsa polarização entre Dilma e Serra, mas também em uma falsa terceira via.

O PSOL, através de Heloísa, favorece a aplicação dessa manobra. As conseqüências podem ser muito sérias, inclusive para o próprio PSOL. Marina pode ocupar o espaço que anteriormente era de Heloísa. A fragilidade do PSOL como projeto político, mesmo reformista e eleitoral, aqui se manifesta: o PSOL detona o próprio PSOL.

O PROGRAMA DEIXADO DE LADO

O PSTU veio defendendo até agora que se formasse uma frente para as eleições de 2010, que incluísse o PSOL e também o PCB. Esta Frente deveria ter um programa socialista e classista, claramente diferenciado das opções da burguesia, inclusive de Marina. E ter como candidatos Heloísa Helena e Zé Maria.

Esta hipótese hoje está se tornando remota, por culpa do PSOL. E não só pela renúncia de Heloísa Helena, mas pela questão do programa. Quando Heloísa afirma que não vai fazer "uma disputa ideologizada com Marina" está expressando uma rejeição clara a um programa dos trabalhadores, que inclui sim um componente não só político, mas também programático e ideológico com Marina.

Não existe forma de se contrapor de forma consistente ao governo Lula sem se enfrentar com seu apoio à burguesia. Isso também inclui uma diferenciação com a oposição burguesa de direita .... e com Marina Silva, que terá em sua campanha representantes da patronal, como o presidente da Natura e Oded Grajew (empresário do ramo de brinquedos).

A contraposição ao programa de Lula inclui uma defesa da ruptura com o imperialismo e o capitalismo. Isso nos opõe também ao programa do desenvolvimento sustentável dentro do capitalismo defendido por Marina Silva.

Portanto, o PSOL, através de Heloísa Helena, está deixando de lado não só sua candidatura, mas também qualquer possibilidade de um programa de ruptura com o imperialismo e a rejeição das alianças de classes. Isso tem uma explicação: o próprio PSOL tem defendido um programa adaptado ao capitalismo e fez alianças com setores da burguesia em 2008 (PV em Porto Alegre, e o PSB de Capiberibe em Macapá).

Infelizmente, também as candidaturas alternativas à Heloísa dentro do PSOL –incluindo os representantes da esquerda, como Plínio de Arruda Sampaio e Babá- tampouco apresentam uma alternativa real a essa situação. Em seus manifestos de campanha, não fazem uma diferenciação real de programa, parando na auditoria da dívida. Além disso, não criticam as alianças de classes do PSOL, nem em Porto Alegre nem em Macapá.

Até o momento, se anuncia um retrocesso do PSOL de conjunto, nas candidaturas e no programa. Nós do PSTU, que propusemos uma Frente Classista e Socialista nas eleições de 2010, constatamos que as condições para que essa proposta se efetive agora são bastante remotas.

NA LINHA DE TIRO

Os trabalhadores cariocas vivem dias de terror, encurralados entre policiais e bandidos. As cenas de barbárie se sucedem: helicóptero abatido, corpo jogado em um carrinho de mercado e PMs roubando roupas de uma vítima

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Rio de Janeiro, zona norte, madrugada de 17 de outubro. Quatro jovens amigos voltam de uma festa. Comemoravam a compra de um carro. Uma verdadeira conquista para um pedreiro, como Francisco Aílton, ou um mecânico, como Marcelo da Costa, ambos de 25 anos. Ou de um auxiliar administrativo, como Leonardo Paulino, de 27 anos, e um garçom, de apenas 22 anos.

Naquela madrugada, eles não voltariam para casa. O Peugeot foi encurralado por pelo menos dez homens armados de fuzis e pistolas, que abriram fogo. Os jovens foram metralhados, sem saber o motivo. Dois foram ainda arrancados do veículo para serem mortos no chão. Apenas o garçom conseguiu escapar com vida e está agora no hospital, em estado grave.

CENAS DA BARBÁRIE

O assassinato marcou o início de uma seqüência de horror e barbárie na cidade do Rio. Naquela madrugada, traficantes do Morro São João invadiam o Morro dos Macacos, em Vila Isabel, para tentar expulsar a facção rival.

Segundo moradores, a invasão contou com ao menos 150 homens armados, motocicletas e até dois caminhões. Os traficantes invadiram o morro, espalhando o pânico. A polícia observava, bloqueando as entradas.

Na manhã seguinte, o horror dos traficantes deu lugar à violência da Polícia Militar. Além de fecharem os acessos ao morro aos próprios moradores, invadiram de forma indiscriminada, tratando todos como potenciais bandidos. Os moradores, revoltados com a PM, improvisaram protestos, fecharam ruas e armaram barricadas.

Ao mesmo tempo, um helicóptero da polícia era abatido, mostrando o potencial bélico dos traficantes e a falência da política de segurança pública do Estado.

A cena de um grupo de moradores pedindo informações à polícia e sendo recebidos com spray pimenta nos olhos ilustra de forma dramática a real situação do povo pobre. De um lado, os traficantes em uma disputa sem fim por novos pontos de venda. Crescendo como outro poder paralelo, como são as forças do tráfico, surge a milícia, reunindo policiais e bombeiros que agem como máfias locais. De outro, a polícia. Muitas vezes corrupta e associada ao tráfico. Quase sempre, porém, espalhando o terror e tratando os moradores como inimigos.

Já os três jovens friamente assassinados foram apresentados como "bandidos" mortos em confronto, segundo versão inicial da PM, repetida na imprensa.

O capítulo mais recente é também um dos mais trágicos. A dona de casa Ana Cristina Costa, de 24 anos, foi atingida por um tiro nas costas na noite de 25 de outubro. Segundo testemunhas, o disparo veio da polícia. A bala atravessou o corpo, atingindo também sua filha, de 11 meses. Ana morreu na hora e o bebê permanece internado com um ferimento no braço.

MARATONA DE MEDO

Polícia promove caçada nos morros do Rio

***RAFAEL NUNES**, do Rio de Janeiro*

Após o tiroteio no morro dos Macacos, a violência somente piorou. Após a chacina, o que sobrou foi a declaração de mais uma mãe que perde seus filhos para a violência sem ter as circunstâncias do crime esclarecida. *"A dor de uma mãe ao perder um filho é absurda, mas a de ver seu outro filho ainda pior, tem que ter força de um leão para encarar"*, desabafa a moradora Maria Luiza.

No dia 19, mais três inocentes foram baleados, sendo uma criança de 12 anos com um tiro na cabeça e uma menina com um tiro na barriga, numa dita operação de rotina da polícia. Na quarta, uma dura rotina com a invasão de 150 policiais. Nenhuma confirmação de mortos ou feridos apesar de marcas de sangue nas vielas.

VILA CRUZEIRO

Durante toda a semana do dia 21 a 23, o bairro da Penha novamente virou numa zona de guerra, com dezenas de baleados. Todos os acessos foram tomados por intensa troca de tiros.

A principal via de acesso, a Nossa Senhora da Penha, de intensa movimentação, foi tomada por uma correria, com moradores deitando-se no chão e escondendo-se atrás de muros, carros e até em um hospital.

No dia 21, um estudante de 18 anos levou um tiro no abdômen e outro rapaz, de 30, na cabeça. Já no dia 23, um apartamento foi atingido por uma bala perdida e pegou fogo. Três homens foram atingidos. Um deles, Severino Marcelino, 51, morreu com um tiro no rosto.

As operações não conseguiram achar o traficante que teria ordenado a invasão ao Morro dos Macacos e seguem aumentando cada vez mais o número de trabalhadores mortos e feridos nesta guerra que, como disse o próprio comandante da PM, não tem data para acabar.

POLICIAL OU BANDIDO?

Policiais militares passam ao lado da vítima baleada, e não a socorrem...

Depois de liberar os dois bandidos (no destaque), PMs ficam com roupas da vítima

No dia seguinte à derrubada do helicóptero, um crime causou ainda mais espanto. Um dos coordenadores da ONG AfroReggae, Evandro João da Silva, foi assaltado e morto no centro da capital. Ele levou um tiro e teve a jaqueta e o tênis levados.

As cenas estarrecedoras de câmeras próximas revelaram um crime seguido de outro. Primeiro, Evandro caminhando e sendo perseguido por dois assaltantes. Os bandidos rendem a vítima, atiram e roubam seu tênis e jaqueta. Em seguida, as câmeras mostram os PMs passando pela vítima, que agoniza. Eles não socorrem Evandro e, mais à frente, param os assassinos.

As cenas são asquerosas e mostram a face da polícia, sem efeitos especiais. Após alguns minutos, os policiais simplesmente liberam os bandidos. Em seguida, calmamente guardam a jaqueta e os tênis na viatura.

Os objetos nunca apareceram. Ou seja, os policiais, além de não prestarem socorro e liberado os assassinos, roubaram um casaco e um par de tênis.

DESVIO DE CONDUTA?

O porta-voz da PM chamou o crime de mero *"desvio de conduta"*. *"Ainda não podemos dizer que um crime foi cometido, pois ainda precisamos saber o que os policiais envolvidos alegam"*, disse. A declaração foi tão escandalosa que o governador Sérgio Cabral (PMDB) pediu sua exoneração. Os discursos de outras autoridades, porém, não destoaram. O comandante-geral da PM, coronel Mário Sérgio Duarte, afirmou que houve um *"erro"*. *"A PM errou, trabalhou mal. Temos que ser maduros e profissionais suficientes para admitir o erro. É imperativo pedir desculpas"*, afirmou.

As falas disfarçam o crime bárbaro cometido por "bandidos de farda", na expressão dita por José Júnior, do Afroreggae, e que tanto mal estar causou em uma coletiva de imprensa.

UMA POLÍTICA FALIDA DE SEGURANÇA

Governo federal libera armas e verbas e Lula fala em "limpar a sujeira". Sérgio Cabral continua sua guerra aos pobres, de olho nas Olimpíadas

A imagem do helicóptero da PM em chamas rodou o mundo. Tão logo as cenas se espalhavam, o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), apressou-se em ir à TV informar que já havia tranqüilizado o Comitê Olímpico.

O governo federal, por sua vez, através do ministro da Justiça, Tarso Genro, limitou-se a oferecer mais armas e soldados: um novo helicóptero blindado, R$ 100 milhões em verbas para as forças de repressão, e o uso da Força Nacional de Segurança.

É o resumo da política de segurança dos governos estadual e federal. Diante de um fato como esse, anunciam mais verbas para equipar as polícias, ou seja, mais repressão sobre a população e as comunidades pobres.

Na presidência, Lula não só mudou a política de segurança calcada na repressão, como a aprofundou. No final de 2004 o governo criou a Força Nacional de Segurança, uma espécie de "Bope" nacional com o objetivo de intervir nos estados em casos de emergência.

A Força Nacional de Segurança mostrou a que veio durante os jogos Pan-Americanos no Rio em 2007, quando deixou um rastro de 40 mortos e 80 feridos no Complexo do Alemão.

No mesmo sentido, as despesas com segurança só aumentam. Só para se ter uma idéia, os gastos da União e dos governos estaduais com segurança tiveram um aumento de 13% de 2007 para 2008, alcançando a incrível cifra de R$ 39,5 bilhões.

Para efeito de comparação, o governo federal destinou R$ 31,2 bilhões para a Educação em 2008. Ou seja, gasta-se mais com policiamento e repressão do que com o ensino. E a tendência é que esses contraste aumente, com a escalada da violência.

No entanto, as verbas não conseguem conter o aumento da violência. São quase 50 mil homicídios por ano e o Brasil já é o quinto em assassinatos de jovens. E a violência urbana escolhe suas vítimas. A "bala perdida" soa como mito. No cotidiano carioca, ela tem alvos bem definidos: jovens, negros e pobres.

LIMPEZA SOCIAL

A declaração de Lula sobre a violência não deixa margem a dúvidas. Segundo ele, era preciso "limpar a sujeira que essa gente impõe ao Brasil". A política do governo federal e a do Rio para a segurança são a mesma: impor uma espécie de limpeza social. Confinar os pobres em espaços limitados (se possível, distantes) e cuidar para que fiquem lá.

É justamente essa a lógica por trás dos muros erguidos pelo governo nas favelas cariocas. Uma demonstração ocorreu nos jogos Pan-Americanos e deverá se repetir com ainda maior brutalidade na Copa em 2014 e nas Olimpíadas em 2016.

Cabral afirmou que *"o dia 17 foi o nosso 11 de Setembro"*, referindo-se ao ataque das Torres Gêmeas nos EUA. E pelo jeito, a resposta que ele e o governo federal preparam é ao estilo de Bush e de sua doutrina de choque. O treinamento o governo Lula e as forças militares vêm tendo no Haiti, reprimindo e matando a população negra de lá, como um ensaio para atuar nas favelas do Rio e na periferia das grandes cidades.

Traficante aponta arma no Morro dos Macacos, em Vila Isabel

FOTO ANDRÉ MOURÃO / AGÊNCIA O DIA

COMO ENFRENTAR A VIOLÊNCIA URBANA?

UM PROGRAMA RADICAL dos trabalhadores para um gravíssimo problema

EDUARDO ALMEIDA, *da redação*

VIOLÊNCIA

Este é um dos mais delicados temas a serem enfrentados em qualquer debate sobre programa para o Brasil. A violência é um sinal de um problema profundo, uma dura expressão do capitalismo selvagem imposto ao país. Para acabar com a violência é preciso enfrentar a economia capitalista. Além disso, é necessário também mexer com a polícia, o que significa atacar diretamente o Estado burguês.

A justiça e a polícia no país- instituições do estado- defendem uma classe social: a burguesia. Os ricos, mesmo quando pegos em flagrante, com inúmeras e evidentes provas, não são presos nem perdem suas propriedades. Houve um escândalo nacional quando o banqueiro Daniel Dantas, um dos maiores corruptores do país, em uma cena inédita foi preso com algemas. Logo depois foi solto, como está até hoje. No lado oposto da sociedade, jovens são fuzilados pela polícia, sem nenhum julgamento, só por serem negros e morarem nas favelas.

Os reformistas não propõem uma mudança global na política econômica, tampouco do Estado. Por isso ficam na defensiva em uma discussão programática em relação à violência. No máximo esboçam uma política de "direitos humanos" (contra a selvageria da polícia na repressão) que, apesar de sua importância, não acaba com a origem do problema.

Já a direita tem uma política clara: aumentar a repressão, mais polícia na rua, "bandido bom é bandido morto", e, se possível, a pena de morte.

Antes da eleição de Lula, o PT se associava a várias ONGs na defesa dos "direitos humanos", mas agora assume o programa da direita (só falta defender a pena de morte). O programa de segurança nacional do governo Lula é uma reedição ampliada da política de Paulo Maluf no quando governava São Paulo: "mais Rota nas ruas", combatida pelo PT naquela época. A Rota é o agrupamento mais violento da policia de São Paulo.

Essa política, porém, não resolve nada. Pode levar a breves êxitos, como a prisão de alguns chefes criminosos, mas a violência retorna ainda maior. O que se vê no Rio é exatamente a falência deste programa do governo federal. Os crimes aumentam a cada ano e os traficantes já têm poder de fogo para derrubar helicópteros.

Os trabalhadores precisam ter uma política radical para enfrentar a violência. Radical no sentido de ir à raiz do problema, a exploração capitalista e seu estado. Apresentamos três pontos que seriam a base de um programa dos trabalhadores para enfrentar a violência.

MUDAR A POLÍTICA ECONÔMICA

A violência é um subproduto da miséria. Não existe nenhuma maneira de acabar com os crimes em uma sociedade onde impera a desigualdade como no capitalismo. No Brasil convivem o consumo de superluxo e a fome; a favela da Rocinha e hotéis luxuosos no bairro carioca de São Conrado.

Os traficantes conseguem apoio nas comunidades pobres porque asseguram emprego para a juventude (como soldados ou vendedores), além de patrocinar funerais, casamentos etc. Por vezes, os jovens mais ativos e inteligentes das comunidades são recrutados pelos traficantes, seduzidos pelo dinheiro rápido.

Enquanto não houver emprego e salário decente, educação pública, gratuita e de qualidade, não se poderá competir com os traficantes na batalha pela juventude.

Para isso é necessário um grande plano de obras públicas do governo, para absorver em todo o país os desempregados. Pode-se fazer um gigantesco plano de construção de casas, para suprir o déficit habitacional de 7 milhões de casas. Esse plano poderia absorver os milhões de desempregados e ser financiado pelo não pagamento da dívida externa e interna aos grandes bancos. Seu custo (R$ 84 bilhões) seria bem menor do que os 300 bilhões dados por Lula às grandes empresas neste ano para salvá-las da crise.

Mas para avançar de forma global é preciso ir mais longe: um plano anticapitalista que exproprie as grandes empresas nacionais e internacionais. Só assim podem-se garantir salários decentes e emprego a todos. Enquanto a economia priorizar lucros para uma minoria (a burguesia), a desigualdade no país vai crescer.

DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS

A repressão ao consumo das drogas mostra sua inoperância a cada dia. Quanto maior a repressão, mais cresce o consumo. A própria experiência dos EUA com a Lei Seca, mostra que esta não é a saída. Em 1920 o governo norte-americano impôs a proibição da venda das bebidas alcoólicas. O consumo continuou através do comércio clandestino, o que levou ao fortalecimento dos gangsteres que fizeram história no país. Após anos de derrotas da repressão, a produção e venda das bebidas foi legalizada novamente em 1933. Hoje, o mesmo fracasso se repete no combate às drogas ilegais, como a cocaína, maconha e heroína.

O consumo das drogas expressa uma insegurança em relação com a sociedade. Não é por acaso que cresce em épocas de crise. É um fenômeno semelhante ao alcoolismo. Pode ser afetado por uma mudança de rumos do conjunto da sociedade, assim como pela educação.

A repressão não resolve o problema, só transfere para os traficantes ilegais a distribuição dessas drogas. Isso torna esse comércio altamente lucrativo e possibilita a formação dos bandos que hoje a controlam. A legalização do consumo reduziria fortemente os lucros desse comércio e toda a corrupção da polícia e da Justiça.

DISSOLUÇÃO DA POLÍCIA E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA

A justiça e a polícia defendem em primeiro lugar a grande propriedade e os capitalistas. Por isso são usadas nas greves contra os trabalhadores. Os crimes dos burgueses têm seus julgamentos adiados e a impunidade garantida. Já os trabalhadores, mesmo quando têm direitos garantidos na constituição, têm seus processos arrastados por anos. A juventude negra é sistematicamente "confundida" com bandidos, e morta impunemente nos bairros pobres.

Além disso, as polícias atuais são corruptas e incompetentes para enfrentar o crime. Apesar de conter em seu interior soldados honestos, a instituição está completamente corrompida. Cada delegacia de polícia civil e quartel da polícia militar têm um esquema de corrupção associado às quadrilhas da região. Muitas vezes, a polícia reprime um bando por estar corrompida por outro. Outras vezes, é a própria polícia que produz um bando, como no caso das milícias do Rio, que agem exatamente como os traficantes.

As armas modernas e pesadas exibidas pelos traficantes são outro exemplo da corrupção policial. Muitas delas são armas privativas das Forças Armadas e são vendidas aos bandidos pelos policiais. Outras tantas são importadas de outros países e só chegam aos morros pela corrupção das Forças Armadas e Polícia Rodoviária.

A morte do dirigente do Afroreggae no Rio é só o mais novo exemplo de como a polícia age: os soldados deixaram a vítima morrer sem socorro, liberaram os assaltantes e ficaram com o produto do roubo.

Não existe possibilidade de reformar uma instituição assim. Não se pode investigar a polícia através dela mesma, assim como não se pode julgar os crimes militares pela Justiça Militar, porque os envolvidos protegem-se mutuamente. É necessário acabar com as polícias atuais, investigar e prender toda sua "banda podre", e criar outra.

A nova polícia teria que se organizar de forma radicalmente diferente da atual. Deve desaparecer a diferença entre polícia civil e militar, que não serve de nada, e assegurar todas as liberdades sindicais e políticas a seus participantes.

É preciso também que seus comandantes ou delegados sejam eleitos pela população da região onde atuam. Ao contrário dos que se escandalizem com a proposta, a eleição de delegados locais é realizada em muitos países, inclusive nos EUA. É uma forma democrática de comprometer esses comandantes com a população local.

Por fim, as comunidades devem ter o direito de organizar associações de autodefesa, para se proteger dos bandidos. Os trabalhadores são os maiores interessados em assegurar o seu direito de ir e vir.

Uma ofensiva contra o crime deve começar por prender os "peixes grandes", os crimes de "colarinho branco". Os políticos corruptos e banqueiros corruptores devem ser presos e terem suas propriedades expropriadas.

MULHERES DO PINHEIRINHO REALIZAM ENCONTRO VITORIOSO

MAIS DE 80 PARTICIPANTES elegem coordenação e preparam Encontro do Vale do Paraíba, que organizará na região o Movimento Mulheres em Luta da Conlutas

MARIUCHA FONTANA E RODRIGO PIMENTEL, de São José dos Campos (SP)

As mulheres do Pinheirinho – ocupação, que já completou cinco anos de resistência em São José dos Campos (SP) – atenderam em peso à convocação para o Encontro de Mulheres, que aconteceu no domingo, dia 25, no próprio acampamento.

Após a abertura e debate de conjuntura foram realizados vários painéis, grupos, dinâmicas e debates, desvendando o funcionamento da opressão e o papel fundamental que o machismo cumpre na manutenção da sociedade capitalista.

Em grupos e em plenária, as participantes debateram seus problemas, levantaram uma pauta de reivindicações e discutiram a organização do Movimento Mulheres em Luta. Cada grupo apresentou uma conclusão e, em seguida, foi eleita uma coordenação para organizar a luta por estas reivindicações, para organizar o Movimento e para se incorporar à preparação do Encontro de Mulheres da Conlutas do Vale do Paraíba.

O seminário

Dona Elza Aparecida

Valdirene Barbosa, a Val

EM DEBATE, A EXPLORAÇÃO E A OPRESSÃO

Para a coordenadora do Must Keiti Rodrigues, no seminário as mulheres puderam aprender e entender que o machismo não é natural, mas, sim, cultural, fruto da sociedade em que vivem. "Gostei especialmente do filme 'Acorda, Raimundo', em que o personagem do Paulo Betti sente na pele o que é o sofrimento da mulher", conta Keiti.

Moradora do Pinheirinho há três anos, Ana Lúcia de Castro avaliou que o encontro esclareceu muitas dúvidas. "Nos dá outra visão do mundo. Acho que saímos daqui pensando diferente, sabendo quais são nossos direitos e como lutar por eles e, principalmente, como nos relacionarmos de forma diferente com nossos companheiros".

Dona Elza Aparecida também reside no Pinheirinho há três anos e disse que a principal lição "é que dá para mudar a nossa vida". "Se todo mundo que participou for à luta, abrir a boca, não aceitar a opressão, podemos melhorar ainda mais a nossa situação. Temos que lutar", afirmou.

L., trabalhadora metalúrgica da zona Sul de São José dos Campos e membro da coordenação eleita no Encontro de Mulheres Metalúrgicas, realizado em setembro, também participou como observadora do encontro e se confessou surpresa ao encontrar tantas semelhanças. "Os problemas das mulheres da periferia e os das metalúrgicas são muito semelhantes, o que mostra que a nossa classe é uma só e que a nossa luta é uma só, por isso temos que organizar uma ferramenta de luta comum a todas as trabalhadoras: o movimento Mulheres em Luta, da Conlutas".

Rosangela Calzavara, a Rô, da Secretaria de Mulheres do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e do GT de mulheres da Conlutas, se disse impressionada com o nível de consciência das mulheres que participaram. "Saímos daqui com um saldo muito positivo, porque avançamos na organização do movimento Mulheres em Luta e na organização interna das mulheres do Pinheirinho. O Encontro das metalúrgicas já tinha demonstrado o potencial para a organização de lutas concretas por várias reivindicações. Agora, esse encontro do Pinheirinho veio reafirmar e fortalecer essa perspectiva, nos dando a certeza de que realizaremos um grande encontro em novembro, unindo as mulheres trabalhadoras, organizando o movimento e possivelmente tirando além de uma plataforma de reivindicações, um plano de lutas e mobilização", resumiu.

Segundo Valdirene Barbosa, a Val, da Coordenação do Must-Pinheirinho e também do GT de Mulheres da Conlutas "o Encontro do Pinheirinho foi preparatório para o Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Conlutas do Vale do Paraíba, que acontecerá no próximo dia 28 de novembro. E foi super-importante porque penso que será possível organizar o movimento e lutas concretas aqui na região. Ao nos organizarmos também enquanto mulheres aqui na ocupação e unirmos às demais mulheres trabalhadoras, especialmente às operárias, saímos mais fortes, mais conscientes e organizadas para enfrentar nossos problemas e a luta geral junto com toda a classe trabalhadora contra o capitalismo. Assim como os encontros realizados pelas trabalhadoras dos Correios e mulheres metalúrgicas, nosso objetivo é fortalecer a aliança do movimento operário e popular e a construção do movimento Mulheres em Luta, ligado à Conlutas", afirmou.

POR QUE O GOVERNO TAXA CAPITAL ESTRANGEIRO?

DIEGO CRUZ, da redação

O governo Lula acaba de anunciar a taxação da entrada do capital estrangeiro no país. A medida foi divulgada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. O imposto, concretizado através de decreto publicado no dia 20, vai instituir 2% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre o capital externo que for investido na Bolsa ou em títulos da dívida pública.

Segundo o ministro, a medida visa prevenir "um excesso de especulação na Bolsa", além de "proteger a produção nacional" e "preservar o emprego dos trabalhadores", contendo a valorização excessiva do real frente ao dólar.

Nos últimos meses o Brasil virou rota preferencial do capital financeiro internacional que, ao inundar o país com dólares, valoriza cada vez mais a moeda local. Só este ano, o real se valorizou 36% em relação ao dólar.

A valorização excessiva da moeda local provocada pela entrada de dólares, no entanto, traz efeitos colaterais. A moeda sobrevalorizada encarece as exportações e prejudica os negócios dos setores que mais cresceram durante o governo Lula.

Isso significa menos lucros para o agronegócio de exportação e a venda de matérias-primas para fora, como minério de ferro, por exemplo. São estes setores que o governo tenta proteger com a medida, e não os "empregos e a produção nacional", como disseram.

A taxação de 2% do capital estrangeiro, além disso, é ínfima perto dos altos lucros que os especuladores têm no Brasil. "O que são 2% para quem visa potencial de valorização de 100%?", perguntou o professor do Insper Marcelo Guterman, no jornal Brasil Econômico.

A razão disso está na absurda taxa de juros praticada pelo país, de 8,75%, uma das maiores do mundo. Em nenhum outro lugar do mundo o capital estrangeiro pode se beneficiar de tamanho privilégio. O especulador pode investir em títulos da dívida e ver seu dinheiro crescer quase 9% ao ano sem se mexer, com risco praticamente zero.

SEMINÁRIO NACIONAL

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA, E SEBASTIÃO CARLOS "CACAU", da Secretaria Executiva Nacional da Conlutas

O Seminário Nacional convocado pela Comissão para a Reorganização (formada por Conlutas, Intersindical, MTST, MTL, PO e MAS) acontece nos dias 1º e 2 de novembro, em São Paulo (SP). A presença de centenas de dirigentes sindicais e ativistas dos movimentos populares e organizações estudantis é esperada no evento.

A existência de uma organização capaz de aglutinar os setores em luta exige a construção de uma entidade plural e democrática, que possa unir todos que estão na luta

Um intenso debate preparatório ocorreu nos dois últimos meses. Foram realizados 25 seminários regionais, em 18 estados mais o Distrito Federal, em todas as regiões do país, reunindo aproximadamente dois mil ativistas.

A Conlutas esteve presente em todas as atividades e também participou de outros debates, congressos de categorias e seminários que discutiram o tema. A realização do seminário, o segundo em 2009, é sem dúvida mais um passo no processo de reorganização pelo qual passam os movimentos sindical, estudantil e popular brasileiros.

A plenária realizada em janeiro durante o Fórum Social Mundial, em Belém (PA), colocou o debate sobre a unificação das organizações sindicais e populares classistas num novo patamar.

Foi uma primeira iniciativa vitoriosa que apontou o caminho para superar a fragmentação existente, aprovando um manifesto com bandeiras comuns de luta e enfrentamento aos efeitos da crise econômica sobre os trabalhadores, um plano de ação e o chamado a um dia nacional de mobilização, que ocorreu no final de março.

Desde o Fórum Social Mundial, foi estabelecido um funcionamento regular das reuniões das entidades que convocaram o encontro. Também foi chamado um Seminário Nacional, que ocorreu em 21 de abril e iniciou as discussões com vistas à fusão/unificação das entidades. Do seminário surgiu a Comissão para a Reorganização.

Importantes pontos de acordo surgiram no seminário de abril: a necessidade de superação do capitalismo e construção do socialismo; a centralidade da classe trabalhadora na transformação revolucionária da sociedade; a necessidade da construção de uma entidade organizada pela base; a defesa da ação direta como instrumento privilegiado de nossa luta; a democracia operária; a defesa da unidade na central e nas lutas da classe trabalhadora; a independência organizativa, política e financeira frente ao Estado, aos patrões e demais instituições políticas e religiosas; o combate à estrutura sindical corporativa e ao imposto sindical; a defesa da liberdade e autonomia sindical; o internacionalismo; a defesa de relações de solidariedade de classe e ética nas relações internas da entidade; a autonomia das entidades de base frente à central, dentre outros pontos.

Houve também um amplo acordo de que a nova entidade deve preservar sua autonomia e independência frente às organizações e partidos políticos. As decisões serão tomadas em suas instâncias de deliberação, de forma soberana.

Diferenças importantes também foram identificadas, dentre elas quanto à natureza, caráter e composição da nova central. Esse foi o tema mais debatido nos seminários regionais, sem que conseguíssemos avançar na superação desta divergência. Contudo, essa importante diferença não pode significar um bloqueio para continuar o avanço na unidade de ação.

DIFERENTES EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS

O processo de construção da Conlutas como uma central sindical e popular, que incorporou movimentos estudantis e de luta contra as opressões é, sem dúvida, a expressão mais avançada da reorganização dos setores classistas que se mantêm autônomos ao governo de frente popular do PT e à capitulação da CUT e da UNE.

No entanto, por mais importante que seja essa experiência, é apenas uma pequena parte de um movimento que tende a ser muito superior.

A unificação com as demais entidades é uma necessidade e, mesmo que não gere de imediato uma central com uma implantação superior no movimento operário brasileiro, pode provocar um novo momento, em que a unidade das organizações classistas seja maior que a fragmentação existente. Pode também criar uma nova referência para outros setores que ainda não romperam com as centrais hegemônicas entre os trabalhadores.

Esse debate foi feito intensamente na Conlutas, resultando em resoluções que foram votadas praticamente pela unanimidade dos delegados presentes ao primeiro congresso da entidade. A decisão dos setores da Intersindical (APS, Enlace e CSol) de buscarem o diálogo e a unificação com a Conlutas deu um alento importante à perspectiva da unidade.

O processo de construção da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (Anel) e da Frente de Resistência Urbana é também expressão da reorganização nas bases de outros segmentos, além do movimento sindical.

A experiência bastante positiva, embora recente, de organizar numa mesma entidade não só os sindicatos, mas também os movimentos populares e estudantil, consolidou uma concepção amplamente majoritária no interior da Conlutas, de defesa desse caráter para a nova central.

A posição da Conlutas está baseada na visão dos desafios colocados para os trabalhadores no próximo período. Lutamos não só em defesa das demandas econômicas e imediatas dos trabalhadores e explorados, mas também pela superação do capitalismo e pela construção de uma sociedade socialista.

A existência de uma organização capaz de aglutinar os setores em luta exige a construção de uma entidade com as características de uma frente única, plural e democrática. É essa a nossa referência para construir uma alternativa dos trabalhadores e setores explorados dessa sociedade.

No entanto, a experiência das demais organizações da comissão é outra, em particular a Intersindical, que insiste na construção de um instrumento para organização dos trabalhadores a partir dos sindicatos, incorporando, no máximo, os segmentos precarizados, terceirizados e informais dos trabalhadores.

A superação dessa diver-

DEVE AVANÇAR NA UNIDADE

gência vai exigir, além do debate político, a experiência de atuação comum na luta de classes e o fortalecimento dos laços de confiança entre os dirigentes e demais membros das entidades envolvidas na reorganização.

CONTINUAR AVANÇANDO

Nesse sentido, vemos algumas possibilidades que devem ser exploradas até o Seminário Nacional para ajudar na construção de uma política unitária e avançar no processo de reorganização. Desse modo, poderemos fomentar as condições para a unidade orgânica numa mesma central. Em qualquer hipótese, um grande encontro no primeiro semestre de 2010 deve ser desde já reafirmado e convocado.

Na Conlutas, há uma ampla maioria que defende a abertura da nova entidade para a participação dos movimentos populares, de luta contra a opressão e as organizações da juventude. A forma e o peso da representação desses setores na direção seriam discutidos. O movimento sindical teria um peso relativamente maior que os demais setores. Mas há um impasse quanto a esse tema.

Outra hipótese seria então decidir as diferenças, que ainda persistirem, através do voto no encontro do primeiro semestre de 2010. A Coordenação Nacional da Conlutas vai se reunir em dezembro, e acreditamos que seria possível construir o apoio a essa posição, inclusive para a hipótese, já levantada em algumas discussões, de só participar o movimento sindical da votação sobre o caráter da nova central.

A unificação com as demais entidades é uma necessidade e pode desencadear um novo momento, onde a unidade das organizações classistas se sobreponha à fragmentação.

Teríamos ainda outra possibilidade, que seria continuar com a Comissão de Reorganização, avançando na sua organicidade e na reprodução de suas atividades nos estados. O encontro deverá também definir um plano de ação e mobilização unitário para 2010, bem como avançar no debate sobre outras questões sem consenso.

Mesmo que não possamos dar agora todos os passos que queremos, devemos trabalhar com o critério de preservar os avanços conquistados e, ao mesmo tempo, avançar nos passos que são possíveis neste momento.

"O MOMENTO ATUAL EXIGE A UNIFICAÇÃO EM UMA CENTRAL"

O Opinião ouviu o presidente do Andes-SN, Ciro Teixeira Correia, e Saulo Arcangeli, presidente do Sintrajufe-MA (MA), membro da Secretaria Executiva Nacional da Conlutas. Os dirigentes falaram sobre o que pensam do Seminário Nacional da Comissão para a Reorganização.

O Andes tem tido uma participação ativa no processo de reorganização do movimento sindical e popular. Quais os principais acúmulos que a entidade teve neste debate?

Ciro - Eu diria que o elemento mais importante da compreensão que temos construído sobre o momento, com o acirramento do presente ciclo de crise econômica que o capitalismo determina de tempos em tempos, que tem produzido taxas cada vez maiores de pessoas excluídas do mundo do trabalho e levado à condições de precarização cada vez mais aviltantes, é encontrar mecanismos que permitam reorganizar o movimento sindical e popular de modo a promover a articulação mais orgânica possível das organizações do mundo do trabalho. O que compreende organizações sindicais, de oposição sindical, com os setores que também se colocam nesta perspectiva de luta, que se encontram presentes nos demais setores da sociedade, no âmbito dos movimentos populares, nas cidades, dos que lutam pela reforma agrária no campo, dos setores da juventude que se encontram mobilizados nas instituições de ensino, que lutam em defesa do meio ambiente, dentre outros agrupamentos que travam as muitas frentes de luta pelos direitos sociais.

Há uma polêmica sobre o caráter que deve ter a nova entidade que surgirá do processo de unificação. Qual a opinião de vocês sobre este tema?

Saulo - O momento atual e as lutas que estão colocadas para a classe trabalhadora e os movimentos sociais no país, exigem a unificação em uma Central. Precisamos avaliar o papel histórico que temos neste momento. Não podemos perder esta oportunidade de juntar em uma mesma entidade os que fazem a luta de classe contra a burguesia, o patrão e os governantes, e tem o socialismo como estratégia. Também, não podemos limitar esta discussão apenas ao fortalecimento de tendências e frações, principalmente no campo partidário, e a insensatez de busca de aparatos. A própria história já demonstrou que este caminho é um retrocesso para a organização dos trabalhadores no mundo. Necessitamos disputar consciências, formar a classe, ter autonomia frente a patrões, governos e partidos políticos. A busca do socialismo, a unificação das lutas que ocorrem no país, no campo e na cidade, devem ser nossas tarefas principais. Por isso, defendemos uma central sindical, popular e estudantil. Temos a clareza que fortalecerá seu caráter classista, pois iremos ter entidades combativas, que seguem um programa classista. As entidades que fazem concessões para a burguesia e o capital, com certeza, não participarão da central.

"Não podemos perder a oportunidade de juntar em uma mesma entidade os lutam contra a burguesia"

Ciro - Nosso posicionamento é em favor de uma organização que não se restrinja ao mundo do trabalho, mas que supere essa limitação. Que dê conta de permitir uma estrutura orgânica onde possam estar representados também os setores excluídos do emprego formal, com aqueles já organizados e que buscam se organizar no âmbito da juventude, dos trabalhadores do campo, das lutas nas cidades etc. É nesse sentido que tem avançado o debate no âmbito do Andes-SN. E foi nessa direção que caminharam as discussões do último Conselho do Andes (Conad), que deliberou pela posição de defender a nova organização como central sindical e popular, incluindo o movimento estudantil e contra as opressões. Com uma direção como é hoje, com representantes das entidades filiadas e não por tendência política.

WWW.PSTU.ORG.BR
Leia a reportagem sobre o Seminário de Reorganização de São Paulo, realizado no último dia 17

"BOICOTE ÀS ELEIÇÕES É A OPORTUNIDADE PARA REANIMAR O ESPÍRITO COMBATIVO DAS MASSAS"

No último dia 25, sábado, a Frente de Resistência Contra o Golpe em Honduras realizou uma reunião nacional para redefinir os rumos do movimento. Participaram 50 delegados, vindos de todas as províncias do país. Um fato importante ocorreu no evento: a ala esquerda da Frente apresentou uma série de propostas em contraposição ao setor majoritário de sua direção. Tomás Andino contou ao Opinião como foram essas disputas e seus resultados.

DA REDAÇÃO

Quais foram os principais temas discutidos na reunião? E como ocorreu o debate entre as diferentes alas da resistência?

Tomás Andino - A reunião era uma Plenária Nacional de consulta à base para definir a estratégia da Frente de Resistência. Não era uma assembleia propriamente dita, mas sim uma reunião de consulta.

Foi importante porque permitiu discutir vários temas chaves neste momento. Um deles é o tema das negociações, outros são as eleições do dia 23 de novembro, a estratégia mais geral da Frente e a organização.

Na Frente existem duas tendências políticas, não estruturadas em correntes ou movimentos internos, mas como blocos de posição que se expressam nas diferentes reuniões ou assembleias. Podemos chamar um desses blocos de "a esquerda da Frente", integrado por dirigentes de base, militantes de esquerda, feministas, indígenas e professores que promovem uma política de independência diante do "bloco pró-liberal", constituído pelas cúpulas das centrais sindicais e dirigentes do Partido Liberal que estão na resistência.

A proposta do bloco de esquerda enfatizou que a Frente não deve apoiar o Acordo de San Jose nem as negociações dos diálogos convocados pela ditadura ou pela OEA [Organização dos Estados Americanos], por seu conteúdo reacionário.

Durante a Plenária Nacional

> **Não devemos depositar nenhuma expectativa nas negociações. Somos conscientes de que a OEA e os EUA querem que a negociação continue. Mas a resistência sabe que nada se pode esperar dessa política**

Sobre as negociações, houve um consenso de todos os setores, incluindo os altos dirigentes da Frente, de que o processo de negociação não trouxe e não traz nada de positivo à resistência. Por tanto, não devemos depositar nenhuma expectativa nas negociações. Somos conscientes de que a OEA e os EUA querem que o processo de negociação continue e pressionam Zelaya e os golpistas para que voltem a sentar-se à mesa de negociação. Mas a resistência já tem como lição de que nada se pode esperar dessa política.

Houve um consenso da base em que nada positivo cabe esperar desse acordo e que a restituição não deveria ser condicionada. Mas foi lembrado também que a Frente não deve subordinar sua estratégia de luta a esses acordos.

Mas não teve consenso no caso das eleições. A proposta do bloco de esquerda foi de que a Frente deve chamar o boicote às eleições porque representaria uma legitimação da ditadura que está preparando uma fraude eleitoral. Essa posição foi apoiada por 75% dos participantes da reunião.

A ala pró-liberal se opôs a essa política. Defenderam que deve participar das eleições, mas sob uma condição: que a restituição de Zelaya não seja realizada à véspera das eleições. Ao final, a burocracia manobrou para que não se tomasse um acordo, alegando que essa não era uma assembleia, mas uma reunião de consulta e que a decisão final seria tomada pela Coordenação Nacional [atual direção da Frente].

Quais ações concretas que a reunião aprovou sobre a luta contra os golpistas?

Tomás - Sobre a estratégia de luta houve importantes avanços políticos nos objetivos da resistência. Eliminou-se um dos três objetivos iniciais da resistência e foram acrescentados outros dois.

Entre as nossas exigências retiramos o chamado de "restituir a ordem constitucional". Analisamos que isso era voltar ao passado institucional e que entrava em contradição com a demanda da Constituinte.

Por outro lado, os objetivos acrescentados foram: derrotar o regime golpista, ou seja, lutar pela derrubada dos golpistas, e construir as bases para uma força política baseada no movimento popular.

Quanto às estratégias de luta, foi reconhecida que a resistência tem sofrido um importante desgaste que impede adotar formas de luta de confronto, como greves e paralisações. Na opinião da resistência, é necessário acumular forças para criar condições de fazer isso a médio prazo. O boicote às eleições é a oportunidade para reanimar o espírito combativo das massas, já que o processo é repudiado pela maioria. No entanto, a debilidade desse ponto foi que não se aprovou um plano de luta, que foi delegado à Coordenação Nacional.

Por fim, houve muitas criticas pelo não cumprimento das resoluções da primeira Assembléia Nacional, realizada no dia 6 de setembro. Entre elas, a constituição de uma Coordenação Nacional democrática, com representação das bases, que deve ser formada na primeira semana de novembro. Com essa medida, se impediria que a burocracia continuasse tomando decisões sem o controle das bases.

Em geral o balanço da reunião é positivo, mas agora devemos garantir que os acordos sejam respeitados pela direção pró-liberal. Isso vai implicar num esforço do bloco de esquerda da Frente.